



3084 - Trabalho Completo - 2ª Reunião Científica Regional Norte da ANPEd (2018)  
GT 08 - Formação de Professores

#### AS RELAÇÕES ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO, E O CURRÍCULO NUM TEMPO DE REFORMA

Ana Regina Azevedo Feitosa - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
Claudia de Souza Martins Lima - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
Cleudilanda Paula Pimenta da Silva - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

##### RESUMO

O presente trabalho apresenta breve análise sobre as discussões realizadas no decorrer da Disciplina Organização do trabalho pedagógico na escola, que integra o Mestrado em Educação da Universidade Federal do Acre. Esse estudo tem o objetivo de expor, a partir da análise de alguns dos materiais teóricos que foram a base da reflexão na referida disciplina, um diálogo, a princípio despretensioso, acerca da organização do trabalho pedagógico na escola, considerando o currículo enquanto instrumento regulador da ação educativa e suas implicações em tempos politicamente nebulosos, de reformas em ação no Brasil. Para o presente diálogo revisitaremos alguns dos materiais teóricos que foram trabalhados na referida disciplina, partindo dos seguintes autores: ANDRADE (2004), FREITAS (2012), FRIGOTTO (2010), GOMES e VIEIRA (2009), MOREIRA (2012), MORAIS (2009), SAMPAIO&JUNQUEIRA (2004), SACRISTAN (2000) e SAVIANI (2007).

**Palavras-chave:** Organização do Trabalho Pedagógico; Currículo; Educação; Trabalho.

#### AS RELAÇÕES ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO, E O CURRÍCULO NUM TEMPO DE REFORMA

##### RESUMO

O presente trabalho apresenta breve análise sobre as discussões realizadas no decorrer da Disciplina Organização do trabalho pedagógico na escola, que integra o Mestrado em Educação da Universidade Federal do Acre. Esse estudo tem o objetivo de expor, a partir da análise de alguns dos materiais teóricos que foram a base da reflexão na referida disciplina, um diálogo, a princípio despretensioso, acerca da organização do trabalho pedagógico na escola, considerando o currículo enquanto instrumento regulador da ação educativa e suas implicações em tempos politicamente nebulosos, de reformas em ação no Brasil. Para o presente diálogo revisitaremos alguns dos materiais teóricos que foram trabalhados na referida disciplina, partindo dos seguintes autores: ANDRADE (2004), FREITAS (2012), FRIGOTTO (2010), GOMES e VIEIRA (2009), MOREIRA (2012), MORAIS (2009), SAMPAIO&JUNQUEIRA (2004), SACRISTAN (2000) e SAVIANI (2007).

**Palavras-chave:** Organização do Trabalho Pedagógico; Currículo; Educação; Trabalho.

##### INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta breve análise sobre as discussões realizadas no decorrer da Disciplina Organização do trabalho pedagógico na escola, que integra a Linha 2 Formação de Professores e Trabalho Docente, do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação da Universidade Federal do Acre. Esse estudo tem o objetivo de expor, a partir da análise de alguns dos materiais teóricos que pertencem à base das reflexões da referida disciplina, um diálogo, 'a princípio despretensioso', acerca da organização do trabalho pedagógico na escola, com um olhar para o currículo enquanto instrumento regulador da ação educativa e suas implicações em tempos politicamente nebulosos, de reformas em ação. Para o presente diálogo revisitaremos alguns dos materiais teóricos que foram trabalhados na referida disciplina, partindo dos seguintes autores: ANDRADE (2004), FREITAS (2012), FRIGOTTO (2010), GOMES e VIEIRA (2009), MORAIS (2009) MOREIRA (2012), SAMPAIO&JUNQUEIRA (2004), SACRISTAN (2000) e SAVIANI (2007).

#### O CURRÍCULO COMO MEDIAÇÃO DA PRÁXIS

Partindo da compreensão do trabalho enquanto elemento central na constituição da humanidade, como a compreendemos nos dias atuais, do ponto de vista da ordem social capitalista, e considerando a educação como mediação de práticas sociais, examinaremos algumas das formas de estruturação da escola enquanto espaço que 'reproduz uma formação' que está longe de ser isenta, como menciona Frigotto (2010) do "projeto da burguesia". Dessa maneira, o olhar do presente estudo se dá numa perspectiva crítica compreendendo a escola como *locus* em que a organização do trabalho pedagógico é uma questão de práxis.

Como assinala Duayer (2006, p. 117, apud MORAES 2009), 'o mundo é sempre mediado por nossas idéias, nossa língua, nossa cultura, nosso vocabulário'. Nesse emaranhado de mediações, a descoberta e a correta compreensão das estruturas do mundo são condição básica para a práxis transformadora (MORAES, 2009, p. 602).

Prosseguindo nesse entendimento, é importante explicitar que o referido contexto, em que atualmente se dá a organização do trabalho pedagógico na escola, apresenta consequências, e repercute na sistematização das atividades lá desenvolvidas, resultado de uma concepção de educação baseada na ordem social burguesa e nos modelos de organização curricular impostos pelas ações pautadas no plano neoliberal de dominação mundial, subordinando "... a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital" (FRIGOTTO, 2010,

Para atender à referida demanda, a escola recebe e coloca em prática um currículo voltado, entre outros aspectos, para consolidar uma concepção de educação. Os mecanismos elaborados estrategicamente para regular a ação do professor, e, portanto, regular a ação educativa no interior da escola, se constituem em um sistema curricular, sendo compreendido segundo Sacristan (2000, p.107), como: "... objeto de regulações econômicas, políticas e administrativas".

O currículo tem sido objeto de estudo, discussões, análises e reflexões, e dessa forma a compreensão desse 'termo' se constitui numa trajetória histórica que carrega origens diferenciadas em sua concepção, de maneira que

[...]sua conceituação depende de marcos variáveis e os conceitos estão direcionados para diferentes aspectos: aos resultados escolares observáveis e pretendidos, à práxis, ao aluno e suas experiências, o que é expresso e visível e o que está na linguagem e é invisível, nexos ou veículos de comunicação entre professor-aluno, escola-sociedade, representação cultural, dentre outros (GOMES E VIEIRA, 2009, p. 3223).

Compreendendo o currículo também como: "...um objeto que se constrói no processo de configuração, implantação, concretização e expressão de determinadas práticas pedagógicas" (SACRISTAN, 2000, p. 101), que estão inseridas num contexto histórico específico pautadas numa proposta política liberal de 'igualdade de oportunidades' e onde "nada é dito sobre a igualdade de condições no ponto de partida" (FREITAS, 2012, p. 383), impondo à escola a "cultura da *performatividade*", como compreende Stephen Ball.

Esse panorama apresenta um cenário de controle social se constituindo numa "... possibilidade concebida pelo governo para o controle do sistema educacional (MOREIRA, 2012, p. 72). Controle esse, que é elaborado do ponto de vista macro por meio de determinações conceituais inseridas no currículo "oficial". Dessa maneira o Ministério da Educação, enquanto órgão regulador das ações em larga escala, obedecendo as premissas do Banco Mundial, orienta e providencia ações de implementação das políticas de bonificação, que "premiem" os resultados considerados melhores, tendo como referência índices oficiais estabelecidos. Esses resultados revelam a situação de cada unidade de ensino de todos os municípios brasileiros, especialmente no que diz respeito às áreas da Língua Portuguesa e da Matemática, alvo principal das avaliações nacionais voltadas para a Educação Básica.

Esse tipo de ação, destinado aos sistemas educacionais, capitaneados pelas Secretarias de Educação estaduais e municipais, sob o argumento forte da consolidação da reforma na educação, toma corpo e força política a partir dos discursos e acordos realizados na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em março de 1990 em Jomtien. Esse evento "...representou uma tentativa de uma nova orientação para as reformas educacionais dos países mais pobres e populosos do mundo..." (ANDRADE, 2004, p.1130), em que o objetivo maior seria uma educação para a equidade social.

Sob o pretexto de que todos precisavam estar aptos a apresentar competência para permanecer no mercado de trabalho, era imprescindível que uma reforma educacional acontecesse com urgência, gerando uma demanda de expansão da educação básica, estabelecendo uma série de ações "...sobrecarregando em grande medida os professores..." (ANDRADE, 2004 p.1131), e determinando uma reestruturação no trabalho docente, inserindo, dentre outras medidas, bonificações para as escolas que atingissem os maiores índices, a pretexto de valorizar e dar visibilidade a quem fazia "a lição de casa" nas avaliações nacionais.

No Brasil um raro pronunciamento contra o uso de bônus apareceu na Folha de S. Paulo feito por Maria Alice Setúbal (2012): 'O sistema de bônus cria competição danosa e afasta bons professores dos alunos ruins; a educação não é como o mercado, em que a concorrência pode ser saudável (FREITAS, 2012, p. 385).

O breve parêntese acima, é apenas para lembrar algumas das condições em que um currículo é construído, ou, constituído, numa sociedade regida pelos interesses do capital. Ou seja, lembrar uma prática de viés autoritário, em que os aspectos econômicos alicerçam e direcionam, algumas vezes de forma velada, e outras de maneira clara, o que deve ser ensinado para as crianças brasileiras, nas escolas da Educação Básica.

O modo como está organizada a sociedade atual é a referência para a organização do ensino fundamental. O nível de desenvolvimento atingido pela sociedade contemporânea coloca a exigência de um acervo mínimo de conhecimentos sistemáticos, sem o que não se pode ser cidadão, isto é, não se pode participar ativamente da vida da sociedade. [...] A base em que se assenta a estrutura do ensino fundamental é o princípio educativo do trabalho. [...] isso significa que no ensino fundamental a relação entre trabalho e educação é implícita e indireta. Ou seja, o trabalho orienta e determina o caráter do currículo escolar em função da incorporação dessas exigências na vida da sociedade (SAVIANI, 2007, p. 160)

Mediante o cenário atual da educação brasileira, que está sendo brevemente analisado nesse fragmento do presente trabalho, algumas questões emergem. Questões que, entremeadas no referido contexto, exigem um olhar cuidadoso, um olhar que possa criar condições de analisar e compreender o tema em evidência, seriam elas: Quais resultados o currículo, como determinante de práticas reguladoras na escola, tem tido, na perspectiva da educação dos sujeitos sociais que serão (ou já estão) inseridos no mercado de trabalho, com uma formação limitada (formação essa, em que o 'conhecimento básico' anunciado pelo principal órgão gestor, o Ministério da Educação, e alardeado contundentemente, pela mídia como o necessário que se aprenda, limita sua atuação profissional, subtraindo um horizonte de melhor remuneração)? Ou ainda: Como se dá esse processo na escola, traduzido por intermédio das Diretrizes Curriculares Nacionais, já que o sujeito que vai desenvolver esse currículo, ou seja, que vai traduzi-lo na prática, é o professor? E, sendo o professor, como vai desenvolver seu trabalho, quais caminhos seguir? Existe possibilidade, dessa ação ser autônoma, do ponto de vista do professor (?), ou seja, acontecer conforme seus métodos, construídos na sua vivência árdua no chão da escola pública, espaço no qual ele é sobrevivente, inserido num sistema de trabalho intensificado e precarizado, tendo construído a partir desse cenário, a sua prática. Prática que embasa sua visão de mundo e sua concepção de educação, e que muitas vezes está há anos luz do conhecimento teórico aprendido na graduação, muitas das vezes, de forma aligeirada.

Essas indagações, que se confundem e são entremeadas de valores e conceitos preestabelecidos, se fazem pertinentes na presente análise. O "pacote" que chega para a escola, para o interior da sala de aula, para as reuniões de planejamento, para os apontamentos no caderno de planejamento do professor, para as discussões conceituais vivenciadas nos grupos de estudo de cada instituição de ensino pública que conquistou essa prática, enquanto universo micro da ação educativa, ou seja, o que chega para o "miudinho" do fazer pedagógico, atravessa um longo caminho, e tem suas origens num universo macro, (definido a partir de um único e grande objetivo: aumentar o lucro da ordem capitalista), condensado e configurado nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

## ALGUNS ELEMENTOS PARA ANÁLISE

A relação constituída entre a teoria, ou, entre o que 'vem' como uma 'Diretriz', como 'indicação', ou ainda, como uma 'orientação', previamente definida, 'pensada' e decidida num espaço híbrido, longe da vida real, longe do ar muitas vezes rarefeito da sala de aula, nas periferias desse país de dimensões continentais, sob a justificativa de que o professor tenha mais 'facilidade' na hora de organizar seu fazer pedagógico. Ou seja, interferindo cirurgicamente no que lhe é mais legítimo, o exercício da prática pedagógica, um espaço e um tempo em que ninguém além dele é o senhor do seu

destino, e, portanto, de suas decisões.

Tal conjuntura tem ameaçado constantemente o professor no exercício da docência com autonomia, sendo necessário, segundo Moreira (2012), que o profissionalismo docente seja fortalecido, na perspectiva da relação entre políticas e práticas curriculares.

Defendo o ponto de vista de que tal relação precisa promover-se por meio de uma ação docente autônoma, competente e criativa. Sustento que tais atributos não se harmonizam com o paradigma da cultura da *performatividade*. A ênfase no controle, no desempenho como medida da produtividade, no resultado 'satisfatório' e em uma avaliação que evidencie o alcance de metas previamente definidas, própria desse enfoque, não contribui para fomentar práticas pedagógicas centradas na autonomia do professor (MOREIRA, 2012, p.70, apud OLIVERIA & PACHECO, 2013).

O exercício de perceber como o currículo prescrito, compreendido segundo Sampaio & Junqueira (2004, p.1205) como um conjunto de medidas necessárias ao alinhamento do país às prioridades da agenda da reforma educacional, tem orientado a organização do trabalho pedagógico na escola, precisa ser um fazer constante, visto que o desenho educacional que é apresentado como ideal, termina por 'contaminar' os sujeitos envolvidos no processo, subtraindo o esclarecimento real do contexto social em que estão inseridos professores, diretores, coordenadores pedagógicos e alunos, pois que, nenhuma ação pedagógica é livre de uma concepção.

Compreender as práticas curriculares nesta perspectiva, atravessadas pelas exigências da nova ordem econômica e política, torna-se necessário, ainda que difícil. Exige conhecer e analisar o currículo prescrito e, sobretudo, investigar o currículo real, aquele que se desdobra em práticas no interior da escola, cuja determinação não se origina apenas das prescrições oficiais, mas de muitos fatores que interferem no desenvolvimento do trabalho escolar (SAMPAIO & JUNQUEIRA, 2004, p.1205).

Em tempos de muitas reformas educacionais, que seguem a todo vapor, em que a organização do trabalho pedagógico na escola tem sofrido profundas reformulações, incidindo diretamente no trabalho do professor e contribuindo de forma negativa para um cotidiano em que sua autonomia sofre sérias limitações, e sua formação é contaminada por concepções embasadas numa perspectiva dos homens de negócios, conforme assinala Frigotto (2010, p. 146).

Mais explícito isto pode tornar-se quando analisamos as perspectivas de educação e formação humana postuladas pelos *homens de negócio* ou pelos seus mentores intelectuais, assessores e consultores, em realidades culturais como a brasileira (FRIGOTTO, 2010, p. 147).

Outros aspectos igualmente preocupantes que fazem parte do desenho disforme do cenário educacional brasileiro, são as condições em que o professor realiza seu trabalho e que estão envolvidas a quantidade de alunos por sala, a carga horária excessiva, o tempo destinado ao estudo e ao planejamento, além das questões de remuneração, além disso, um dos preocupantes motivos que tem apresentado

[...] principal efeito da cultura da *performatividade*, é a forma como afeta as subjetividades dos indivíduos, incitando-os a se tornarem cada vez mais efetivos, a se modificarem a fim de sempre melhorarem e se sentirem culpados se assim não agirem (BALL 2008, apud MOREIRA 2012, p. 72).

A competência profissional na docência é uma tessitura que se desenvolve numa realidade de condições, em sua imensa maioria, inadequadas. A formação do professor há tempos tem se configurado num espaço repleto de indagações, em que a principal questão é antiga conhecida na esfera da formação de professores: 'o que é mais importante, uma sólida formação teórica ou uma epistemologia da prática?'. A demanda pela ampliação da escolarização do professor é um fato que traz no bojo a necessidade de definições mais claras sobre quais saberes são necessários para que um professor consiga efetivamente desenvolver seu trabalho junto aos alunos de maneira satisfatória mesmo que ele seja um professor iniciante. Com base em Ferreira (2004), Sampaio & Junqueira afirmam que as pesquisas revelam que:

Os professores em exercício manifestam-se dizendo aprender com a experiência, ou seja, professores, sobretudo os iniciantes, alegam forte influência da prática para aprender a ser professor, tanto no que tange aos aspectos pedagógicos como a outros aspectos da profissão [...]. Outras situações podem nos fazer pensar na precarização do trabalho dos professores iniciantes. Trata-se da aprendizagem com colegas mais experientes. Em décadas anteriores, essa prática era muito comum: as professoras primárias mais experientes e bem-sucedidas em seus trabalhos viam seus diários e semanários disputados pelos mais jovens ou pelas que enfrentavam dificuldades (SAMPAIO & JUNQUEIRA, 2004, p.1209).

Outra preocupação que também tem sido pauta de discussão acerca de como a escola tem organizado seu trabalho pedagógico, em tempos de intensificação da jornada de trabalho, algo aparentemente tão comum, algo que é inerente a esse espaço profissional e que está diretamente ligado ao fazer da docência, diz respeito à relação que se estabelece entre o professor e o currículo prescrito. Considerando que a escola é um espaço de contradições, em que os fazeres docentes se constituem num cotidiano permeado de interações sociais, culturais e políticas, é preciso compreender que as orientações advindas das Diretrizes Curriculares são decididas e cuidadosamente pensadas por quem não tem a mínima preocupação com uma educação que promova emancipação social. Os aspectos decisivos que determinam o que ensinar e como ensinar chegam nas mãos do professor com um selo de legitimidade tanto da ciência quanto da legislação da área, que atestam categoricamente que o caminho para uma educação de qualidade passa por tais concepções.

Tomando questões que são históricas no movimento de reivindicação de melhores condições de trabalho na docência, incluindo também a luta por uma formação que ofereça ao professor reais condições de compreensão do significado da docência, o currículo se configura como uma ferramenta que define caminhos, vidas, sonhos e que promove cada vez mais um aprisionamento, principalmente num contexto severo de globalização em que a concepção mercantilista que governa o mundo reforça cotidianamente suas intenções e ações de dominação. Tais investidas vão se metamorfoseando, tomando conta dos discursos reivindicatórios do professor, ocupando as lacunas da sua formação. Somado a isso ainda pulsam os anúncios da realização do sonho de um reconhecimento 'profissional', agregado a uma remuneração digna.

A debilidade da profissionalização dos professores e as condições nas quais desenvolvem seu trabalho, fazem com que os meios elaboradores do currículo sejam como dispositivos intermediários, essenciais e indispensáveis no atual sistema escolar. Esta é a função capital que os meios didáticos cumprem, mas sobretudo os guias didáticos e os livros-texto, que são os autênticos responsáveis da aproximação das prescrições curriculares aos professores. A dependência dos professores quanto aos meios que apresentam o currículo é um fenômeno desenvolvido em muitos sistemas educativos, transformando-se numa peculiaridade do sistema curricular, que expressa as condições do cargo do professor (SACRISTAN, 2000 p. 149).

Existe, atualmente, com a aceleração dos processos de reforma educacional um processo avançado de desqualificação da instituição escolar

pública. Esse movimento, pautado em interesses de mercado, mina as bases do ofício da docência, estruturando uma (des)ordem que vem desequilibrando as nuances do processo educativo formal, conseqüentemente amplia a desvalorização do trabalho do professor, visto que é impossível que o professor tenha todas as respostas. Como bem menciona Sacristan (2000, P. 150) "...seria um absurdo que o professor tivesse que ser a fonte das diferentes informações...".

Com sua prática pedagógica repleta de questões a serem analisadas e modificadas, a escola ainda se encontra no cerne das questões que vêm se perpetuando, visto que é um espaço em que as condições de organização do trabalho são dadas conforme as regras do jogo perverso do capitalismo. É preciso, portanto estar atento as investidas históricas que essa instituição pública vem sofrendo, visto que tem sido utilizada desde que se constituiu oficialmente como um dos espaços base de dominação na sociedade capitalista, bem como um espaço de formação de mão de obra que vão para o mercado de trabalho com uma qualificação questionável.

Essas investidas de dominação vem se metamorfoseando ao longo dos tempos, porém há um fator que permanece, ou seja, o real interesse de oferecer escola pública, é principalmente, um interesse de manter a sociedade como ela está, com a concentração de riqueza e as benesses que essa condição proporciona, nas mãos de poucos, enquanto a imensa maioria se submete ao jogo dos interesses econômicos, a pretexto de sobreviver, aceitando um trabalho que desconsidera a condição humana.

No meio desse processo que se desenha de maneira peculiar em cada canto desse país, está o professor, de frente com um currículo "prescrito" montado para consolidar esse panorama sombrio. Contudo, esse profissional, o sujeito que ensina, que tem a sua frente diariamente um universo de outros sujeitos, tem, contraditoriamente, em suas mãos a possibilidade de fazer diferente.

## CONCLUSÃO

A relação entre trabalho e educação e o currículo em tempos de reforma apresenta, entre outros aspectos, imposições cada vez mais complexas em que se faz necessário olhar cuidadosamente a escola e o modo como tem organizado seu trabalho pedagógico, mediante um processo feroz de precarização e intensificação do ofício da docência. Somado a isso, temos um panorama de avaliações em larga escala, em que a cultura da performatividade é sido a tônica no plano neoliberal para uma educação de resultados que forme sujeitos passivos aptos a adentrarem o mercado de trabalho em busca de uma sobrevivência digna.

Em tempos de reformas educacionais infundáveis, em que o currículo prescrito vai ficando cada vez mais enxuto e o currículo real se debate em meio a um crescente de desigualdades sociais, numa realidade que impiedosamente invade o espaço escolar impondo aos professores e demais profissionais, que tecem seu trabalho em meio a um universo de impossibilidades de ação, um cenário em que os modos de trabalho se configuram em instrumentos que perpetuam as desigualdades.

Tais embaraços, vivenciados pelos professores, interferem no seu fazer docente bem como no modo como organizam o trabalho pedagógico que desenvolvem em suas salas de aula, condicionando sua atuação a processos de negação e afirmação. Como um jogo de 'pega-pega', esse cenário analisado no presente estudo se apresenta ao professor trazendo profundos impasses, em que sua trajetória na docência, constituída de seus saberes, tecidos no miudinho da vida na escola junto aos alunos e juntos aos colegas, e nos momentos de troca de experiências, estudo e planejamento, é a todo momento colocada a prova.

Em meio a um contexto povoado de dificuldades, impõe-se à escola a busca de outros caminhos no sentido de criar possibilidades de experimentar um currículo que aponte para uma vivência escolar emancipadora.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, D. A Reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. In: Educação e Sociedade, Campinas, vol. 25, n. 89 p.1127-1144, Set./Dez. 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.
- FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, vol. 33, nº. 119, abril-junior, 2012, pp. 379-404 Centro de Estudos Educação e Sociedade Campinas, Brasil, 2012. Disponível em <http://www.redalyc.org/pdf/873/87323122004.pdf>
- FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo. 6ª ed. Cortez, 2010.
- GOMES, A. C. C. e VIEIRA, L.A. **O currículo como instrumento central do processo educativo: uma reflexão etimológica e conceitual**. 2009. (Apresentação de trabalho/Congresso) [http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2925\\_1387.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2925_1387.pdf).
- MORAES, M. C. M. A Teoria tem consequências: indagações sobre o conhecimento no campo da educação. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/es/v30n107/14.pdf](http://www.scielo.br/pdf/es/v30n107/14.pdf) acessado em 14/07/16
- MOREIRA, A. F. B. Em busca da autonomia docente nas práticas curriculares no Brasil. In: OLIVEIRA, M. R. N. S. e PACHECO, J. A. (Orgs.) **Currículo, didática e formação de professores** – Campinas, SP: Papyrus, 2013.
- SACRISTAN, J.G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SAMPAIO, M. M. F. e JUNQUEIRA, A. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. In **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1203-1225, Set./Dez. 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>
- SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. In: **Revista Brasileira de Educação** v.12 n.34 jan./abr. 2007, p. 152-165.